

Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. “em aprovação”
(Anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.) CNPJ nº 05.304.876/0001-45

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. “em aprovação” submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

Alternativas para reativar a atividade econômica foram o foco das principais economias em 2012. Dificuldades no âmbito fiscal e a elevação do desemprego predominaram entre os principais assuntos a serem resolvidos nos países desenvolvidos.

Tais efeitos estão inseridos na crise internacional, que impactou tanto a atividade global como o Brasil. Como reação ao crescimento abaixo do esperado para o ano, políticas econômicas foram direcionadas na tentativa de reduzir o impacto da crise na economia nacional.

Entre as principais medidas tomadas, destaca-se no âmbito monetário a redução da taxa básica de juros (Selic) - que atingiu seu menor patamar 7,25% a.a., com a inflação dentro da meta, que resultam em uma taxa real de juros historicamente baixa, 2%. No âmbito fiscal, foram adotadas medidas como a desoneração em atividades-chave da economia e corte temporário de determinados impostos. Por fim, o Governo busca adotar planos para elevar os investimentos em infraestrutura e aumentar a capacidade produtiva do país.

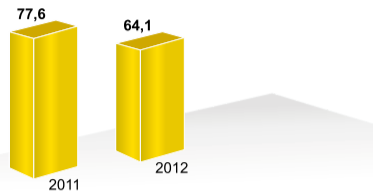
Esta conjuntura significa um novo ambiente de negócios no País que, apesar de desafiador, representa uma oportunidade para novos investimentos necessários ao crescimento sustentado da atividade econômica nacional.

A Brasilprev Nosso Futuro

A Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. “em aprovação” atende atualmente cerca de 85 mil clientes. Seguem alguns indicadores referentes ao ano de 2012:

- As receitas dos planos de previdência totalizaram R\$ 64,1 milhões.

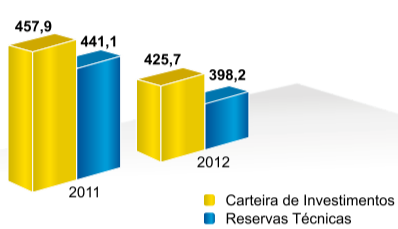
Receitas Previdenciárias (R\$ Milhões)



- A carteira de investimentos totalizou R\$ 425,7 milhões.

- O saldo das reservas técnicas totalizou R\$ 398,2 milhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimento, a disponibilidade da empresa supera em R\$ 27,5 milhões a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Reservas Técnicas e Carteira de Investimentos (R\$ Milhões)

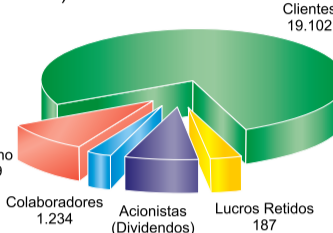


- O lucro líquido do exercício atingiu R\$ 3,7 milhões.

As políticas de reinvestimento dos lucros e de distribuição de dividendos estão definidas no Estatuto da Companhia e são deliberadas em Assembleia Geral, sendo distribuído aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

A riqueza gerada por nossas operações com base nos resultados obtidos no exercício 2012 foi distribuída conforme gráfico apresentado a seguir:

(Em milhares de reais)



Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos e aos nossos colaboradores, pelo indispensável comprometimento e empenho na conquista de resultados cada vez melhores.

São Paulo, 21 de janeiro de 2013

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação - em R\$)

	2012	2011
Rendas de contribuições e prêmios	63.519	76.790
(-) Constituição da provisão de benefício a conceder	(63.150)	(51.741)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	369	25.049
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	11.000	3.396
(+/-) Variação de outras provisões técnicas	11.537	(3.694)
(-) Benefícios retidos	(9.337)	-
(-) Custos de aquisição (nota 11a)	(485)	(258)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 11b)	(704)	7.688
(+) Prêmios emitidos líquidos	34.620	98.497
(+) Contribuições para cobertura de riscos	613	762
(-) Variação das provisões técnicas de prêmios	(1)	(43.551)
(=) Prêmios ganhos	612	55.708
(+/-) Sinistros ocorridos	29	(41.278)
(-) Custo de aquisição (11a)	(506)	(5.066)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 11b)	(470)	(3.758)
(+/-) Resultado com resseguro	-	(43)
(-) Despesa com resseguro	-	(43)
(-) Despesas administrativas (nota 11c)	(6.448)	(13.234)
(-) Despesas com tributos (nota 11d)	(1.415)	(4.236)
(+) Resultado financeiro	2.040	13.716
Receitas financeiras	21.142	50.643
Despesas financeiras	(19.102)	(36.927)
(=) Resultado operacional	6.728	33.992
(+/-) Recargas/despesas patrimoniais	-	2
(=) Resultado antes dos impostos e participações	6.728	33.992
(-) Imposto de renda (nota 12)	(1.826)	(7.480)
(-) Contribuição social (nota 12)	(1.117)	(4.466)
(-) Participações sobre o resultado	3.749	56
(=) Lucro líquido	6.000,000	22.102
Quantidade de ações	6.000,000	6.000,000
Lucro líquido por ação	0,62	3,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	3.749	22.102
Resultado abrangente total	3.749	22.102

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
Atividades operacionais	3.749	22.102
Lucro líquido do exercício	3.749	22.102
Ajustes para:	-	347
Depreciação e amortizações	-	174
Amortização de ativos intangíveis	-	-
Varição nas contas patrimoniais:	-	-
Aplicações	32.200	505.471
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(3.230)	33.299
Ativos de resseguro	9	9
Créditos fiscais e previdenciários	(626)	1.244
Despesas antecipadas	1	66
Outros ativos	913	1.756
Depósitos judiciais e fiscais	1.834	(4.400)
Custo de aquisição diferido	1.477	10.724
Fornecedores e outras contas a pagar	1.477	1.440
Impostos e contribuições	1.803	(50.648)
Débitos de operações com seguros e resseguros	113	(1.162)
Depósitos de terceiros	688	(893)
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	(40.237)	(311.364)
Provisões técnicas - Previdência complementar	(2.641)	(1879)
Provisões judiciais	811	1.160
Outros passivos	(84)	(1.119)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	(4.019)	209.807
Atividade de investimento	-	-
Aquisição de imobilizado	-	(227)
Aquisição de investimentos	-	(28)
Alienação de investimentos	114	1.860
Alienação de investimentos	213	-
Alienação de intangível	-	990
Fluxo de caixa decorrente das atividades de Investimentos	327	2.595
Atividade de financiamento	-	-
Reserva de lucro	-	(35.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(506)	(173.382)
Caixa proveniente das atividades de financiamento	(506)	(208.382)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.198)	4.020
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.634	614
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	436	4.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBCC) refere-se a aqueles já em gozo de benefícios. Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos eventuais saques e portabilidades realizados.

A provisão de riscos não expirados (PRNE) é calculada em conformidade com a Carta-Circular SUSEP/DECON/GAB/Nº 01/09, ou seja, “pro rata” dia em função dos riscos vigentes e bruta de resseguro. A provisão de benefícios a regularizar (PBAR) é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros e bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP reavaliada anualmente quando da Avaliação Atuarial.

A provisão de oscilação de riscos (POR) é constituída para cobrir eventuais desvios entre a sinistralidade ocorrida e a esperada para as coberturas de risco (morte e invalidez total e permanente), de acordo com critérios técnicos definidos na Avaliação Atuarial.

As provisões para insuficiência de contribuições (PIC) e de prêmios (PIP) são constituídas para fazer face aos impactos decorrentes da tendência de maior sobrevida dos participantes e o seu cálculo é efetuado utilizando-se como parâmetro a tabela de mortalidade “AT-2000 Male/Female Suavizada” e premissas relacionadas, considerando todos os planos vigentes.

A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro. Ainda não passada circularmente constam as provisões complementar de prêmios (PCP) que é constituída para complementar a PRNE de acordo com as normas vigentes, de despesas administrativas (PDA) constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios de acordo com Avaliação Atuarial e de resgates e outros valores a regularizar (PROVAR) correspondente aos valores de resgates e outros valores a serem regularizados junto aos clientes.

A classificação do passivo em longo e curto prazo segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxo de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. As provisões de excedente financeiro, de insuficiência de contribuições e de oscilação de risco são constituídas para suportar obrigações cujo vencimento é superior a cinco anos. As demais provisões visam cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.

h) Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11, e seguindo as determinações da Circular SUSEP nº 457/2012, em cada data de balanço a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes nas datas base de junho e dezembro de cada ano. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares. A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

1) Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência da Companhia;

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
Circulante	432.766	466.984	Circulante	49.440	445.288
Disponível (Nota 3b)	436	4.634	Contas a pagar	7.297	4.001
Caixa e bancos	436	4.634	Obrigações a pagar	5.167	2.269
Aplicações (Nota 5)	425.733	457.933	Impostos e encargos sociais a recolher	234	1.108
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	702	Impostos e contribuições	1.896	93
Prêmios a receber	-	702	Outras contas a pagar	-	531
Créditos das operações com previdência complementar	3.958	26	Débitos de operações com seguros	298	185
Valores a receber	21	26	Outros débitos operacionais	298	185
Outros créditos operacionais	3.937	1	Depósitos de terceiros (Nota 7)	689	1
Títulos e créditos a receber	2.639	3.680	Provisões técnicas - Seguros (Nota 10)	27.670	307.831
Títulos e créditos a receber	1.510	2.125	Pessoas	-	34.620
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12 e 16a)	1.129	1.265	Vida com cobertura de sobrevivência	27.670	273.211
Outros créditos	-	290	Provisões técnicas - Previdência complementar (Nota 10)	13.486	133.270
Outros valores e bens	-	8	Planos não bloqueados	13.486	133.270
Despesas antecipadas	-	1	Passivo não circulante	359.396	2.118
Ativo não circulante	1.624	3.023	Provisões técnicas - Seguros (Nota 10)	239.924	-
Realizável a longo prazo	1.624	2.696	Vida com cobertura de sobrevivência	239.924	-
Títulos e créditos a receber	1.624	2.696	Provisões técnicas - Previdência complementar (Nota 10)	117.143	-
Créditos tributários e previdenciários (Nota 12 e 16a)	1.609	847	Planos não bloqueados	117.143	-
Depósitos judiciais e fiscais	15	1.849	Outros débitos (Nota 15)	2.929	2.118
Investimentos	-	213	Provisões judiciais	2.929	2.118
Participações societárias - Investimentos no país	-	213	Patrimônio líquido (Nota 8)	24.954	22.601
Imobilizado	-	114	Capital social	15.000	50.000
Bens móveis	-	-	Redução de capital (em aprovação)	-	(35.000)
Outras imobilizações	-	23	Reservas de lucros	9.954	7.601
Total ativo	434.390	470.007	Total passivo	434.390	470.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Capital social	Redução de capital (Em aprovação)	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	50.000	-	Legal 10.000	148.881	208.881
Redução de capital - AGE/O 28 de fevereiro de 2011	-	(35.000)	-	-	(35.000)
Cisão de reserva - AGE/O 28 de fevereiro de 2011	-	-	(10.000)	(148.881)	(158.881)
Cisão dos lucros de janeiro e fevereiro de 2011	-	-	-	(14.501)	(14.501)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	22.102	22.102
Constituição de reserva legal	-	-	1.105	(1.105)	-
Constituição de reserva para o futuro aumento de capital	-	-	6.496	(6.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	50.000	(35.000)	1.105	6.496	22.601
Aprovação de redução de capital - Portaria nº 4.533 de 3/4/2012	(35.000)	35.000	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(506)	(506)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.749	3.749
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	187	(187)	-
Reserva estatutária	-	-	2.672	(2.672)	-
Dividendos	-	-	-	(890)	(890)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	15.000	-	1.292	8.662	24.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. “em aprovação” (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.), (“Companhia” ou “Brasilprev Nosso Futuro”) é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário. A Companhia tem gestão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (Brasilprev) (100% das ações ordinárias), e suas operações compreendem, basicamente, a comercialização de seguros de vida com cobertura de sobrevivência e de planos de aposentadoria e benefícios complementares.

A Companhia possui sua sede administrativa localizada na Rua Alexandre Dumas nº 1.671 - 4º andar - Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP - Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de janeiro de 2013. Em 19 de dezembro de 2011 foi celebrado entre MAPFRE Brasil Participações S.A., BB Seguros Participações S.A. e Brasilprev o “Contrato de Compra e Venda de Ações”, onde a Brasilprev formalizou sua intenção de adquirir o controle societário da MAPFRE Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.

Em 16 de janeiro de 2012 foi apresentado à SUSEP o pedido de autorização para a realização dessa operação. A autorização prévia foi concedida em 13 de junho de 2012 através da Carta nº 173/2012/SUSEP-SEGER. O montante envolvido nessa transação foi liquidado em 31 de julho de 2012.

Em 1º de novembro de 2012, foi apresentado à SUSEP o pedido de alteração da razão social para Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. “em aprovação”.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade
A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade
Em 5 de março de 2012, a SUSEP emitiu a Circular SUSEP nº 430 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2012. Essa circular revoga a Circular SUSEP nº 424/11.

Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 430/2012 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”).

Nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a demonstração do resultado do exercício (DRE) foi apresentada conforme o modelo Seguros e Previdência Complementar, previsto pela Circular SUSEP nº 424/11. Para 31 de dezembro de 2012, a demonstração do resultado (DRE) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, está sendo representada com base no modelo Previdência Complementar e Seguros, conforme previsto pela Circular SUSEP nº 430/12. Essa representação foi necessária em função das mudanças nos negócios da Companhia que, em conexão com sua aquisição pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., passou a operar exclusivamente no segmento de previdência.

A administração da Companhia decidiu por alterar o método de elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, do método direto para o método indireto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi reapresentada pelo método indireto para fins de comparação, conforme previsto pela Circular SUSEP nº 430/12.

Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. "em aprovação"

(Anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A.) CNPJ nº 05.304.876/0001-45



2) Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 457/2012, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas por premisa de melhoria contínua da expectativa.

Os fluxos de caixas projetados são descontados pelas estruturas a termo das taxas de juros (ETTJ), livres de riscos, referentes ao mês de dezembro de 2012 correspondentes à garantia oferecida em cada produto e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos líquidos das despesas de comercialização diferidas (DCD) e ativos intangíveis, sendo as eventuais insuficiências reconhecidas no resultado com incremento das provisões relacionadas.

O teste realizado nesta data-base não apresentou insuficiência conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupos	PGBL e VGBL	Benefícios concedidos	Benefícios de risco
Resultado do LAT (Suficiência)	15.556	60	599

i) Contingências ativas e passivas

As contingências passivas (cíveis) são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização seja considerada certa.

A provisão para contingências não é apresentada pelo valor líquido dos depósitos judiciais, pois estes são estratificados em conta específica do ativo.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

E reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por Impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período.

Não houve evidências de perda por impairment no exercício.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, devem ser revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

k) Imposto de renda e contribuição social

Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do exercício excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 15%.

São constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporariamente indeferíveis na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis as quais são estabelecidas com a aplicação de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua aplicação.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

A Companhia utilizou a isenção permitida no CPC 11 (IFRS 4) para utilizar as políticas contábeis anteriores à adoção dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, que eram utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro. A isenção de aplicação da Resolução da ANBIMA nº 3 h.

b) Determinação do valor justo de ativos financeiros

O valor justo dos investimentos com cotação pública são registrados com base em "bid prices". Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados ou de modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia.

c) Tributos diferidos ativos

Tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre diferenças temporárias, decorrentes de ajuste entre resultado contábil e fiscal.

Julgamento profissional é necessário para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros.

5 Aplicações

Os instrumentos financeiros, classificados como valor justo por meio do resultado são valorizados em consonância com o manual de precificação do Administrador dos ativos financeiros, Instrução CVM nº 438/2006, e recomendações do Código de Auto-Regulamentação da ANBIMA.

Detalhamento das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	2012					2011				
	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Quotas de Fundo DPVAT	-	-	-	-	34.633	-	-	-	-	34.633
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	16.237	4.749	9.327	-	30.313	16.240	4.749	9.327	-	30.313
Fundamentos de Investimento Exclusivos - FIF	14.076	16.240	30.313	-	20.033	14.076	16.240	30.313	-	20.033
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (*)	(3)	(3)	(3)	(3)	(12)	(3)	(3)	(3)	(3)	(12)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	228.021	75.762	40.896	50.741	395.420	228.927	75.762	40.896	50.741	395.420
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	22.986	36.572	59.558	-	-	22.986	36.572	59.558
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	4.467	-	14.169	18.636	-	4.467	-	14.169	18.636
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	-	71.298	17.910	-	89.208	-	71.298	17.910	-	89.208
Operação compromissada	-	-	-	-	228.927	-	-	-	-	228.927
Outros (*)	(909)	(909)	(909)	(909)	(3.636)	(909)	(909)	(909)	(909)	(3.636)
Total das aplicações	244.258	80.511	50.223	50.741	425.733	244.258	80.511	50.223	50.741	425.733

Estimativa de valor justo

A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo, é realizada com base nos seguintes critérios:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2: inputs diferentes dos ajustes negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	2012			2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Mensurado ao valor justo por meio do resultado	181.478	245.167	425.733	181.478	245.167	425.733
Quotas de Fundo DPVAT	-	-	-	-	-	-
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	14.076	16.240	30.313	14.076	16.240	30.313
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	-	-	-
Outros (*)	-	-	-	-	-	-
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	167.402	228.927	395.420	167.402	228.927	395.420
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	4.467	18.636	-	4.467	18.636
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	-	71.298	89.208	-	71.298	89.208
Operação compromissada	-	-	228.927	-	-	228.927
Outros (*)	(909)	(909)	(3.636)	(909)	(909)	(3.636)
Total das aplicações	181.478	245.167	425.733	181.478	245.167	425.733

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.

6 Cobertura das provisões técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido pelo SELIC, pela CETIP ou por instituições financeiras credenciadas. Parte substancial das aplicações, no valor de R\$ 398.223 (R\$ 441.101 em 2011), encontra-se vinculada à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 3.358 de 31 de agosto de 2005.

	2012	2011
Provisões técnicas	398.223	441.101
(-) Depósitos judiciais	-	(56)
Total a ser coberto	398.223	441.035
Ativos Totais	425.733	457.933
Ativos garantidores	398.223	441.035
Ativos livres	27.510	16.898

7 Depósitos de terceiros

Valores a reclassificar - Previdência complementar

	2012	2011
Até 30 dias	30	1
De 31 a 180 dias	659	-
Total	689	1

8 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 15.000 (R\$ 50.000 em 2011), representado por 6.000.000 ações ordinárias sem valor nominal.

Estas demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido contábil. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída de acordo com que for aprovada. A administração divulgará, ad referendum, o aprovação pelos acionistas, sua proposta de distribuição do lucro do exercício, envolvendo dividendos no montante de R\$ 3.562.

9 Demonstrativo do patrimônio líquido ajustado (PLA)

Patrimônio líquido contábil

(-) Participações em sociedades

(-) Despesas antecipadas

Patrimônio líquido ajustado (I)

Capital mínimo requerido (CMR) (II)

Capital base

Capital adicional de risco de crédito

Suficiência de capital (I - II)

	2012	2011
Patrimônio líquido contábil	24.954	22.601
(-) Participações em sociedades	-	(1)
(-) Despesas antecipadas	-	(213)
Patrimônio líquido ajustado (I)	24.954	22.387
Capital mínimo requerido (CMR) (II)	8.469	16.000
Capital base	7.200	15.000
Capital adicional de risco de crédito	1.269	1.000
Suficiência de capital (I - II)	16.485	6.387

10 Provisões técnicas

Provisões - Vida com Cobertura de Sobrevivência

Matemática de Benefícios a Conceder

Benefícios a Regularizar

Resgates e Outros Valores a Regularizar

Despesas Administrativas

Insuficiência de Contribuição - PIC

Provisão de Sinistros a Liquidar

Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados

Provisões - Previdência Complementar

Matemática de Benefícios a Conceder

Resgates e Outros Valores a Regularizar

Despesas Administrativas

Insuficiência de Contribuição - PIC

Oscilação de Riscos

Excedente Financeiro - PMBC

Riscos não Expirados

Complemento de Prêmios

Eventos Ocorridos e Não Avisados - IBNR

Total Provisões Complementar

Total

	Saldo em 31/12/2011	Provisões	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2012
Provisões - Vida com Cobertura de Sobrevivência	271.611	2.194	21.024	13.436	266.211
Matemática de Benefícios a Conceder	79	0	77	-	2
Benefícios a Regularizar	61	218	279	-	558
Resgates e Outros Valores a Regularizar	759	9.767	9.674	-	17.200
Despesas Administrativas	795	79	831	-	1.705
Insuficiência de Contribuição - PIC	-	482	2	-	480
Provisão de Sinistros a Liquidar	23.178	-	23.178	-	-
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados	11.348	-	11.348	-	-
Provisões - Previdência Complementar	307.831	12.740	66.413	13.436	267.594
Matemática de Benefícios a Conceder	131.656	1.650	10.722	6.618	129.202
Resgates e Outros Valores a Regularizar	647	491	478	-	1.616
Despesas Administrativas	482	6.195	6.374	-	303
Insuficiência de Contribuição - PIC	251	31	257	-	25
Oscilação de Riscos	-	235	-	-	235
Excedente Financeiro - PMBC	177	2.040	2.045	-	172
Riscos não Expirados	3	9	8	-	4
Complemento de Prêmios	20	200	209	-	11
Eventos Ocorridos e Não Avisados - IBNR	-	1	-	-	-
Total Provisões Complementar	34	341	359	-	16
Total	133.270	11.193	20.452	6.618	130.229
Total	441.101	23.933	86.865	20.054	398.223

11 Detalhamento das contas da demonstração de resultados

a) Custos de aquisição

Agenciamento e corretagem

Variação das despesas diferidas

Custeamento de vendas

Outras despesas

Planos de renda

b) Outras receitas e despesas operacionais

Despesas com cobrança sobre faturamento

Outras receitas operacionais

Outras despesas operacionais

c) Despesas administrativas

Pessoal próprio

Serviços de terceiros

Localização e funcionamento

Publicidade e propaganda

Outras

d) Despesas com tributos

Impostos federais e municipais

COFINS

PIS

Taxa de fiscalização SUSEP

Outras despesas

12 Imposto de renda e contribuição social

Resultado antes dos impostos e participações

(-) Participações

Resultado ajustado

Adições

Exclusões

Lucro tributável

Tributos correntes

Tributos diferidos

Incentivos fiscais

Total de tributos

Os tributos correntes estão classificados no passivo circulante em "Impostos e contribuições" pelo valor líquido das antecipações recolhidas no período.

Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem substancialmente de provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao desfecho das ações em andamento.

Imposto de renda e contribuição social a compensar

Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Outros créditos tributários

Total do ativo circulante e não circulante

13 Gestão de riscos

A Companhia está exposta aos riscos inerentes às atividades das sociedades de seguros e previdência, e para mitigá-los, protegendo seus participantes e acionistas, acompanha diariamente os níveis de exposição e avalia, periodicamente, possíveis impactos de conjunturas e de eventos adversos, adotando as medidas de controle necessárias para observar, permanentemente, elevados padrões de segurança econômico-financeira e atuarial, de modo a preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios.

A Companhia também realiza o gerenciamento de capital através do acompanhamento dos limites requeridos (capital mínimo requerido) de acordo com as Resoluções CNSP nº 222/2010, 227/2010 e 228/2010 emitidas pela SUSEP. Este acompanhamento é realizado periodicamente e visa assegurar a manutenção de uma base sólida de capital para garantia de suas operações e riscos assumidos, sejam em condições normais de mercado ou em situações extremas (nota explicativa nº9).

a) Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes de eventual não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados, ou de deterioração de suas condições creditícias (ratings).

Nossa gestão de riscos de crédito é determinada segundo avaliações econômico-financeiras e regulamentares, sendo os recursos de caixa da Companhia e ativos financeiros investidos (ou reinvestidos) somente em contrapartes com alta qualidade de rating de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia distribuídos por classificação de risco de crédito. Os ativos classificados na categoria "Outros" compreendem substancialmente ativos de operações compromissadas e outros valores a receber e a pagar registrados nos fundos de investimentos.

(1) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, operações compromissadas e outros instrumentos financeiros que não tem atribuição de rating por emissão.

b) Risco de liquidez